

Balanço Geral Contas do Exercício de 2012

Prefeitura do Município de São Paulo



PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

FERNANDO HADDAD

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MARCOS DE BARROS CRUZ

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO MUNICIPAL

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA

DANIEL BOER DE SOUZA

DIRETOR DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

Relatório
Técnico
sobre a
Prestação
de
Contas.

Balanço Geral Contas do Exercício de 2012

Prefeitura do Município
de São Paulo

Relatório
Técnico
sobre a
Prestação
de
Contas.

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2012

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo Município de São Paulo no exercício de 2012, constituindo-se parte integrante do BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO na Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Prefeito, a ser enviado ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Este Balanço Geral encontra-se de pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, intitulada como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e as disposições gerais contidas no Decreto Municipal n.º 53.503, de 29 de outubro de 2012, relativas às normas de encerramento do exercício orçamentário de 2012 das Administrações Direta e Indireta.

Apresentamos a evidenciação do cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas, com observância ao que determina a legislação pertinente, em especial a Lei Federal n.º 4.320/64, a LRF e ainda a Lei Municipal n.º 15.415, de 22 de julho de 2011 e alterações introduzidas pela Lei Municipal n.º 15.613, de 6 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2012, Lei Municipal n.º 15.520, de 5 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2012 e Lei n.º 15.090, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013.

Os dados para a elaboração do BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO foram obtidos da escrituração efetuada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, respeitando-se o plano de contas único instituído de acordo com as normas contábeis aplicáveis ao setor público advindas da Lei Federal n.º 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis são constituídas do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, assim como das Notas e Quadros Explicativos, e ainda demonstrações constituídas da demonstração do Superávit Financeiro, do Resultado Primário e Nominal, da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde e dos Fundos Municipais.

Os demonstrativos retratam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os órgãos da Administração Direta dos Poderes Legislativo e Executivo e da Administração Indireta, incluindo Autarquias, Fundações e Empresa Estatal Dependente, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2012.

Por fim, este relatório tem como objetivo oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial desta gestão da Prefeitura, de suas fontes e destinação de recursos, bem como de seus resultados.

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS

A execução do orçamento do exercício de 2012, bem como os demais eventos contábeis, foram realizados em consonância com as Normas e Princípios de Contabilidade Pública, bem como aos demais dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal.
- Lei Complementar nº. 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- Lei Municipal nº. 15.415/11 e alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 15.613/12, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2012.
- Lei Municipal nº. 15.520/12, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011.
- Lei nº. 15.090/09, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013.
- Decreto Municipal nº. 52.934/12, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2012.
- Decreto Municipal nº. 53.503/12, que dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2012.
- Portaria MPS nº. 916/03, que dispõe sobre o Regime Próprio da Previdência.
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 20 de junho de 2011, que edita a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e dá outras providências.
- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 406, de 20 de junho de 2011, que aprova o MCASP (4ª edição) e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 407, de 20 de junho de 2011, que aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

No que se refere aos critérios contábeis, destacamos a seguir aqueles que nortearam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município de São Paulo:

- para fins de apuração dos resultados contábeis, o exercício financeiro coincide com o ano civil, e o regime contábil adotado é o misto, com as receitas contabilizadas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.
- para a identificação dos valores que resultam em despesa de um órgão e receita de outro, utilizam-se códigos específicos para as receitas, denominadas intra-orçamentárias, e modalidade de aplicação “91” para as despesas intra-orçamentárias, como ocorre com as operações da previdência municipal.
- A dívida fundada foi atualizada monetariamente na seguinte conformidade:
 - ✓ dívida contratada interna, com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da dívida externa de médio e longo prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº. 12.671/98) e demais contratos nos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, URTJLP (BNDES), TJLP e SELIC.
 - ✓ dívida contratada externa, pela variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.
- as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro foram inscritas em restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas – os restos a pagar não processados foram inscritos observando-se a capacidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.
- os ativos patrimoniais móveis foram incorporados ao patrimônio pelo custo de aquisição, sem atualização monetária ou depreciação. Esta prática difere no Instituto de Previdência do Município de São Paulo.
- os bens de almoxarifado foram avaliados pelo preço médio ponderado do estoque e os bens patrimoniais imóveis foram reavaliados com base no índice do IPC - FIPE, o qual apurou o percentual inflacionário de 5,10% a.a. conforme Resumo do Relatório dos Bens Patrimoniais Imóveis, elaborado pelo Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- a utilização do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior para concessão de créditos suplementares no exercício em referência, nos termos do inciso I, § 1º, do artigo 43 da Federal nº 4.320/64.

Feitas as considerações iniciais, apresentamos os Quadros e Notas Explicativas do **BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** do exercício de 2012.

Sumário

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2012	2
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS	3
PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	4
1 – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO 2012	7
1.1 RECEITA TOTAL ORÇADA	7
1.2 DESPESA TOTAL FIXADA	7
1.3 DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO	7
2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2012	8
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9
Da Análise do Balanço Orçamentário	9
2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11
2.1.1 RECEITA CORRENTE	11
2.1.1.1 DO DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES	12
2.1.1.1.1 Da Receita Tributária	12
2.1.1.1.2 Das Transferências Correntes	12
2.1.2 RECEITA DE CAPITAL	13
2.1.3 COMPORTAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14
2.1.3.1 RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE – CONSOLIDADO	14
2.1.3.2 Principais receitas – Consolidado	15
2.1.4 COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – 2011 E 2012	15
2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	16
2.2.1 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	16
2.2.2 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – GND	16
2.2.2.1 – DAS DESPESAS CORRENTES	17
2.2.2.2 – DAS DESPESAS DE CAPITAL	17
2.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PRINCIPAIS ELEMENTOS	18
2.2.4 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	18
2.2.3 DESPESA POR FONTE DE RECURSOS	19
2.2.4 DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20
2.2.5 DAS DESPESAS COM INCENTIVOS CULTURAIS – 2012	20
2.2.6 DA EXECUÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO	20
2.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22
2.4 COMPORTAMENTO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – ÚLTIMOS CINCO ANOS	22

3 – BALANÇO FINANCEIRO	22
3.1 DO SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	22
3.2 DAS RECEITAS	23
3.3 DAS DESPESAS	23
RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO	24
Da Análise do Balanço Financeiro	24
4 – BALANÇO ECONÔMICO	25
Do Resultado das Variações Patrimoniais em 2012	26
Da Análise das Variações Patrimoniais	26
5 – BALANÇO PATRIMONIAL	27
Da Análise do Balanço Patrimonial	28
6 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO	29
7 – DA GESTÃO FISCAL	30
7.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	30
7.2 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	31
7.3 DO RESULTADO NOMINAL	31
7.4 DO RESULTADO PRIMÁRIO	33
7.5 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO	34
7.5.1 DOS VALORES DE DEA QUE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO ART. 212 – CF/88.	36
7.6 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE	37
7.7 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	38
7.8 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR	39
7.9 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	40
8 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2012	41
8.1 SUFICIÊNCIA DE CAIXA	41
8.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO	41
CONCLUSÃO	41

1 – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO 2012

O Orçamento Programa Consolidado do Município de São Paulo, para o exercício de 2012, instituído por meio da Lei Municipal nº. 15.520, de 5 de janeiro de 2012, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 38.734.598.114,00 (trinta e oito bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e quatorze reais).

1.1 RECEITA TOTAL ORÇADA

A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES (I)	34.417.929.075,00
Receita Tributária	16.658.288.801,00
Receita de Contribuições	1.077.895.146,00
Receita Patrimonial	536.648.044,00
Receita de Serviços	405.696.393,00
Transferências Correntes	13.958.201.649,00
Outras Receitas Correntes	2.169.564.943,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.384.358.805,00
Deduções de Transferências Correntes	- 1.772.724.706,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.316.669.039,00
Operações de Crédito	109.058.209,00
Alienação de Bens	1.380.975.500,00
Amortização de Empréstimo	21.852.378,00
Transferências de Capital	1.666.097.021,00
Outras Receitas de Capital	1.134.514.602,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	4.171.329,00
TOTAL DA RECEITA III = (I) + (II)	38.734.598.114,00

1.2 DESPESA TOTAL FIXADA

A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com a seguinte distribuição institucional:

PODER EXECUTIVO (I)	38.028.210.471,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	32.750.105.171,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.278.105.300,00
PODER LEGISLATIVO (II)	706.387.643,00
TOTAL DA DESPESA III = (I) + (II)	38.734.598.114,00

1.3 DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Em observância ao disposto no § 2º do art. 165 da CF/88 e em consonância com a LRF o equilíbrio orçamentário da Prefeitura de São Paulo foi obtido com a consolidação dos dados das Administrações Direta e Indireta, uma vez que as receitas correspondentes às transferências para autarquias, fundações e empresa estatal dependente são orçadas na Administração Direta e as dotações das despesas custeadas com esses recursos são alocadas nas respectivas entidades.

Os repasses dos recursos pela Administração Direta e as realizações de despesas pela Administração Indireta são efetuados no sistema financeiro, devidamente registrado nas contas de interferências de variações ativas e passivas.

As informações dos demonstrativos da execução orçamentária da Lei n.º 15.520/12, referem-se aos registros das movimentações acumuladas das contas contábeis, observadas as Normas Técnicas Próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e apresentaram em 2012 o seguinte panorama:

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	Em R\$	
	RECEITA	DESPESA
Administração Direta (Executivo)	34.819.341.883,01	30.689.501.560,32
Administração Direta (Legislativo)	3.273.046,90	526.352.145,54
Administração Indireta	2.462.674.890,24	5.184.251.270,15
SUB-TOTAL	37.285.289.820,15	36.400.104.976,01
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	-	885.184.844,14
TOTAL	37.285.289.820,15	37.285.289.820,15

2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2012

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública e deve atender ao disposto no art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64, apresentando as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas.

A partir da comparação entre as receitas e as despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário. Vejamos a seguir na Figura 2 a execução do Balanço Orçamentário Consolidado da PMSP no exercício de 2012:

Figura 2 - Balanço Orçamentário

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES ¹	34.460.084.496,05	92,42%	DESPESAS CORRENTES	31.559.777.804,67	84,64%
Receita Tributária	17.498.340.994,29	46,93%	Pessoal e Encargos Sociais	7.993.754.758,04	21,44%
Receita de Contribuições	1.072.743.232,64	2,88%	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentária	1.312.690.449,09	3,52%
Receita Patrimonial	670.040.511,68	1,80%	Juros e Encargos da Dívida	2.624.304.040,75	7,04%
Receita de Serviços	403.513.095,15	1,08%	Outras Despesas Correntes	19.623.638.851,70	52,63%
Transferências Correntes	11.159.568.849,90	29,93%	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentária	5.389.705,09	0,01%
Outras Receitas Correntes	2.327.345.463,87	6,24%	DESPESAS DE CAPITAL	4.840.327.171,34	12,98%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.328.532.348,52	3,56%	Investimentos	3.603.568.460,46	9,66%
RECEITAS DE CAPITAL	2.825.205.324,10	7,58%	Inversões Financeiras	52.329.197,87	0,14%
Operações de Crédito	94.795.768,60	0,25%	Amortização da Dívida	1.184.429.513,01	3,18%
Alienação de Bens	1.699.841.142,76	4,56%			
Amortização de Empréstimo	21.502.597,58	0,06%			
Transferências de Capital	496.755.259,08	1,33%			
Outras Receitas de Capital	512.310.556,08	1,37%			
TOTAL DAS RECEITAS	37.285.289.820,15	100,00%	TOTAL DAS DESPESAS	36.400.104.976,01	97,63%
DÉFICIT	-		SUPERÁVIT	885.184.844,14	2,37%
TOTAL	37.285.289.820,15	100,00%	TOTAL	37.285.289.820,15	100,00%
(UTILIZADOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS)					
SUPERÁVIT FINANCEIRO	914.179.216,92				

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

Observa-se que a execução orçamentária consolidada de 2012, evidencia que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 37.285.289.820,15 e as despesas realizadas R\$ 36.400.104.976,01. O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz num superávit de R\$ 885.184.844,14.

O superávit financeiro de exercícios anteriores constitui disponibilidade para efetiva utilização, porém não é considerada como receita do exercício em que for utilizado.

Assim, se consideradas somente as despesas realizadas e as receitas arrecadadas no próprio ano, o resultado orçamentário de 2012 foi superavitário em R\$ 1.799.364.061,06 (Figura 3).

Figura 3 - Utilização Receita Arrecadada no Exercício.

RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
TOTAL RECEITA ARRECADADA ¹	37.285.289.820,15	TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS	36.400.104.976,01
		(-) CRÉDITOS ABERTOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	914.179.216,92
		TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECEITAS ARRECADADAS EM 2012	35.485.925.759,09
		TOTAL DA RECEITA ARRECADADA (-) TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECEITAS ARRECADADAS EM 2012	1.799.364.061,06

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A seguir, apresentamos quadro demonstrativo da realização das receitas e a execução das despesas orçamentárias dos últimos dois exercícios(Figura 4):

Figura 4 - Quadro Comparativo Orçamento 2011 e 2012

RECEITA	2011 ²	2012	2011/2012 (%)	DESPESA	2011 ²	2012	2011/2012 (%)
RECEITAS CORRENTES ¹	31.151.672.371,84	34.460.084.496,05	10,62%	DESPESAS CORRENTES	27.960.044.335,47	31.559.777.804,67	12,87%
Receita Tributária	15.001.473.201,05	17.498.340.994,29	16,64%	Pessoal e Encargos Sociais	7.246.798.969,88	7.993.754.758,04	10,31%
Receita de Contribuições	988.862.828,06	1.072.743.232,64	8,48%	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentária	1.191.134.488,31	1.312.690.449,09	10,21%
Receita Patrimonial	697.328.539,93	670.040.511,68	-3,91%	Juros e Encargos da Dívida	2.554.452.969,53	2.624.304.040,75	2,73%
Receita de Serviços	410.392.331,15	403.513.095,15	-1,68%	Outras Despesas Correntes	16.967.356.257,99	19.623.638.851,70	15,66%
Transferências Correntes	10.629.236.954,76	11.159.568.849,90	4,99%	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentária	301.649,76	5.389.705,09	1686,74%
Outras Receitas Correntes	2.234.440.165,73	2.327.345.463,87	4,16%	DESPESAS DE CAPITAL	4.020.184.213,20	4.840.327.171,34	20,40%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.189.938.351,16	1.328.532.348,52	11,65%	Investimentos	2.983.870.090,57	3.603.568.460,46	20,77%
RECEITAS DE CAPITAL	934.690.311,41	2.825.205.324,10	202,26%	Investimentos Intra-Orçamentário	8.043.590,46	-	-
Operações de Crédito	28.771.679,51	94.795.768,60	229,48%	Inversões Financeiras	75.395.275,94	52.329.197,87	-30,59%
Alienação de Bens	12.096.043,21	1.699.841.142,76	13952,87%	Amortização da Dívida	952.875.256,23	1.184.429.513,01	24,30%
Amortização de Empréstimo	13.260.247,42	21.502.597,58	62,16%				
Transferências de Capital	447.192.434,87	496.755.259,08	11,08%				
Outras Receitas de Capital	433.369.906,40	512.310.556,08	18,22%				
TOTAL DAS RECEITAS	32.086.362.683,25	37.285.289.820,15	16,20%	TOTAL DAS DESPESAS	31.980.228.548,67	36.400.104.976,01	13,82%

¹-Deduzido o Grupo 9000.

Podemos observar na Figura 4 que o Orçamento Consolidado da Prefeitura de São Paulo em 2012 apresentou um crescimento nominal de 16,20% no total das Receitas e de 13,82% no total das Despesas.

Observamos ainda que as Receitas Correntes tiveram um crescimento nominal de 10,62% enquanto as despesas correntes um acréscimo de 12,87%. Já as Receitas de Capital e Despesas de Capital tiveram um incremento de 202,26% e 20,40%, respectivamente.

Da Análise do Balanço Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresentamos alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme segue:

✚ **Excesso/Insuficiência de Arrecadação:** uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada correspondem à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício. Assim, analisando o Balanço Orçamentário Consolidado (BOC) da Prefeitura de São Paulo (PMSP) observa-se uma **Insuficiência de Arrecadação no montante de R\$ 1.449.308.293,85** – decorrente do confronto entre a arrecadação de R\$ 37.285.289.820,15 e a estimativa da Receita Orçamentária de R\$ 38.734.598.114,00.

✚ **Economia na realização de despesa:** a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para a execução de despesas. Assim, analisando o BOC da PMSP observa-se uma **economia na realização da despesa de R\$ 3.248.672.354,91** – decorrente do confronto entre a Dotação Atualizada de R\$ 39.648.777.330,92 e a estimativa da Despesa Executada R\$ 36.400.104.976,01.

Inscrição de Restos a Pagar: a comparação entre:

- a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício.
Assim, a diferença entre R\$ 34.631.709.730,26 e R\$ 34.436.260.091,22 importa na inscrição pela PMSP em 2012 de **R\$ 195.449.639,04 de RPP**.
- b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício.
Assim, a diferença entre R\$ 36.400.104.976,01 e R\$ 34.631.709.730,26 importa na inscrição pela PMSP (2012) de **R\$ 1.768.395.245,75 de RPNP**.

A seguir, apresentamos algumas análises do Balanço Orçamentário por meio de quocientes:

Quociente do Resultado Orçamentário – é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superávit, déficit ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superávit e menor que 1, déficit.

Em 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou um Resultado Superavitário conforme quociente demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{37.285.289.820,15}{36.400.104.976,01} = 1,02$$

Quociente da Execução Orçamentária Corrente – é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Em 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Resultado da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} = \frac{34.460.084.496,05}{31.559.777.804,67} = 1,09$$

Observa-se que as Receitas Realizadas Correntes foram suficientes para atender as Despesas Correntes e ainda financiar parte das Despesas de Capital, cumprindo a Regra de Ouro contida no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No Município de São Paulo no exercício de 2012 a Receita Orçamentária, incluídas as Intra-Orçamentárias alcançou o montante de R\$ 37.285.289,820,15, resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$ 1.449.308.293,85, ou seja, 3,74%.

FIGURA 5A

MOVIMENTAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO	% Realizada/Previsão
RECEITA PREVISTA	36.171.055.404,00	2.563.542.710,00	38.734.598.114,00	100,00%
RECEITA REALIZADA	34.822.614.929,91	2.462.674.890,24	37.285.289.820,15	96,26%
DIFERENÇA	- 1.348.440.474,09	- 100.867.819,76	- 1.449.308.293,85	-3,74%

FIGURA 5B

RECEITA REALIZADA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	32.021.664.791,75	2.438.419.704,30	34.460.084.496,05
RECEITAS DE CAPITAL	2.800.950.138,16	24.255.185,94	2.825.205.324,10
TOTAL	34.822.614.929,91	2.462.674.890,24	37.285.289.820,15
% Participação/Total	93,40%	6,60%	100,00%

Na realização da Receita Orçamentária a Administração Direta participou com 93,40%, cabendo à Administração Indireta a complementação de 6,60%.

2.1.1 RECEITA CORRENTE

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

No Município de São Paulo no exercício de 2012 a Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 34.460.084.496,05 o que equivale a 92,42% de participação no total da Receita Orçamentária.

Figura 6

RECEITAS CORRENTES ¹	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
Receita Tributária	17.496.944.586,72	54,64%	1.396.407,57	0,06%	17.498.340.994,29	50,78%
Receita de Contribuições	239.096.904,32	0,75%	833.646.328,32	34,19%	1.072.743.232,64	3,11%
Receita de Contribuições - Intra-Orçamentária	-	0,00%	1.328.532.348,52	54,48%	1.328.532.348,52	3,86%
Receita Patrimonial	650.172.512,17	2,03%	19.867.999,51	0,81%	670.040.511,68	1,94%
Receita de Serviços	295.899.700,60	0,92%	107.613.394,55	4,41%	403.513.095,15	1,17%
Transferências Correntes	11.159.568.849,90	34,85%	-	0,00%	11.159.568.849,90	32,38%
Outras Receitas Correntes	2.179.982.238,04	6,81%	147.363.225,83	6,04%	2.327.345.463,87	6,75%
TOTAL	32.021.664.791,75	100,00%	2.438.419.704,30	100,00%	34.460.084.496,05	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

2.1.1.1 DO DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES

2.1.1.1.1 Da Receita Tributária

A Receita Tributária foi em 2012 a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 17.498.340.994,29, representando 50,78% da sua Categoria Econômica e 46,93% da Receita Total.

Destaca-se que Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

Esta receita está composta, no Município de São Paulo, de Impostos e Taxas, e as rubricas mais significativas foram as de:

- a. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, que recebeu um ingresso de R\$ 5.019.596.061,25, o que equivale a 28,69% do total das Receitas Tributárias.
- b. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incluída o Sistema Integrado Simples e Simples Nacional, que recebeu um ingresso de R\$ 9.906.469.204,81, o que equivale a 56,61% do total das Receitas Tributárias.

Figura 7

RECEITA TRIBUTÁRIA ¹	VALOR	%
IMPOSTOS	17.279.454.517,59	98,75%
IPTU	5.019.596.061,25	28,69%
Imposto s/ a Propriedade Predial	4.800.746.722,24	
Imposto s/ a Propriedade Territorial Urbana	218.849.339,01	
IRPQN	1.154.877.926,02	6,60%
IR na Fonte s/ Rendimento Trabalho	939.662.465,86	
IR na Fonte s/ Remessa ao Exterior	1.611.861,37	
IR na Fonte s/ Outros Rendimentos	213.603.598,79	
ITBI	1.198.505.268,04	6,85%
ISS	9.906.469.204,81	56,61%
ISS	9.148.448.965,75	
ISS - Sistema Integrado - Simples	1.753.299,26	
ISS - Sistema Nacional	756.266.939,80	
IVV	6.057,47	0,00%
TAXAS	218.886.476,70	1,25%
TOTAL	17.498.340.994,29	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

2.1.1.1.2 Das Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros, recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Os recursos da transferência são vinculados à finalidade pública, e não a pessoa. Podem ocorrer a nível intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para Estados, do Estado para os Municípios, por exemplo), assim como recebidos de instituições privadas.

A segunda principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade em 2012, foi a transferência corrente que atingiu o montante de R\$ 11.159.568.849,90, representando 32,38% da sua Categoria Econômica e 29,93% da Receita Total.

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Transferências Correntes foram:

- a. Transferências da União – Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, que recebeu a arrecadação de R\$ 1.194.837.975,62, o que equivale a 10,71% do total das Transferências Correntes.
- b. Transferências dos Estados – Participação na Receita dos Estados, que recebeu a arrecadação de R\$ 6.556.493.524,16, o que equivale a 58,75% do total das Transferências Correntes, deste montante equivale a:
 - ✓ Cota-Parte do ICMS: R\$ 4.922.388.815,30
 - ✓ Cota-Parte do IPVA: R\$ 1.585.489.139,74
 - ✓ Cota Parte do IPI s/Exportação: R\$ 39.090.843,78
 - ✓ Cota Parte da CIDE: R\$ 9.524.725,34
- c. Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, que recebeu a arrecadação de R\$ 2.642.107.270,53, o que equivale a 23,68% do total das Transferências Correntes.

Figura 8

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ¹	VALOR	%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.022.400.519,42	98,77%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.811.355.950,66	16,23%
Participação na Receita da União	139.496.413,81	1,25%
Transf. da Comp. Financ. p/Exploração de Rec. Naturais	9.051.293,13	0,08%
Transferência de Recursos do SUS	1.194.837.975,62	10,71%
Transferência de Recursos do FNAS	18.371.841,50	0,16%
Transferência de Recursos do FNDE	415.678.333,78	3,72%
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração	27.908.514,60	0,25%
Outras Transferências da União	6.011.578,22	0,05%
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	6.568.937.298,23	58,86%
Participação na Receita dos Estados	6.556.493.524,16	58,75%
Outras Transferências dos Estados	12.443.774,07	0,11%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.642.107.270,53	23,68%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Da União	199.242.090,07	1,79%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Do Estado	2.442.865.180,46	21,89%
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	60.159.227,99	0,54%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	76.909.102,49	0,69%
TOTAL	11.159.568.849,90	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

2.1.2 RECEITA DE CAPITAL

As Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

As Receitas de Capital alcançaram, no Município de São Paulo, o montante de R\$ 2.825.205.324,10 o que equivale a 7,58% de participação no total da Receita Orçamentária.

Figura 9

RECEITAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	%	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	%	VALOR	%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	94.795.768,60	3,38%	-	0,00%	94.795.768,60	3,36%
Operação de Crédito Interna	5.369.430,00	0,19%	-	0,00%	5.369.430,00	0,19%
Operação de Crédito Externa	89.426.338,60	3,19%	-	0,00%	89.426.338,60	3,17%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.699.830.442,76	60,69%	10.700,00	0,04%	1.699.841.142,76	60,17%
Alienação de Bens Móveis	1.689.512.492,76	60,32%	10.700,00	0,04%	1.689.523.192,76	59,80%
Alienação de Bens Imóveis	10.317.950,00	0,37%	-	0,00%	10.317.950,00	0,37%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.052.980,24	0,25%	14.449.617,34	59,57%	21.502.597,58	0,76%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	487.617.302,53	17,41%	9.137.956,55	37,67%	496.755.259,08	17,58%
Transferências Intergovernamentais	56.097.612,17	2,00%	-	0,00%	56.097.612,17	1,99%
Transferências do Exterior	439.877,50	0,02%	-	0,00%	439.877,50	0,02%
Transferências de Convênios	431.079.812,86	15,39%	9.137.956,55	37,67%	440.217.769,41	15,58%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	511.653.644,03	18,27%	656.912,05	2,71%	512.310.556,08	18,13%
TOTAL	2.800.950.138,16	100,00%	24.255.185,94	100,00%	2.825.205.324,10	100,00%

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

- Alienação de Bens Móveis, que recebeu a arrecadação de R\$ 1.689.523.192,76, o que equivale a 59,80% do total das Receitas de Capital. Destaca-se que deste montante o valor de R\$ 1.688.519.634,96 refere-se à alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC da Operação Urbana Água Espreada.
- Transferências de Convênio – Dos Estados – Convênio PMSP x SABESP – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, que recebeu a arrecadação de R\$ 340.704.841,09, o que equivale a 12,06% do total das Receitas de Capital.

2.1.3 COMPORTAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2.1.3.1 RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE – CONSOLIDADO

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 37.285.289.820,15, conforme quadro e gráfico a seguir:

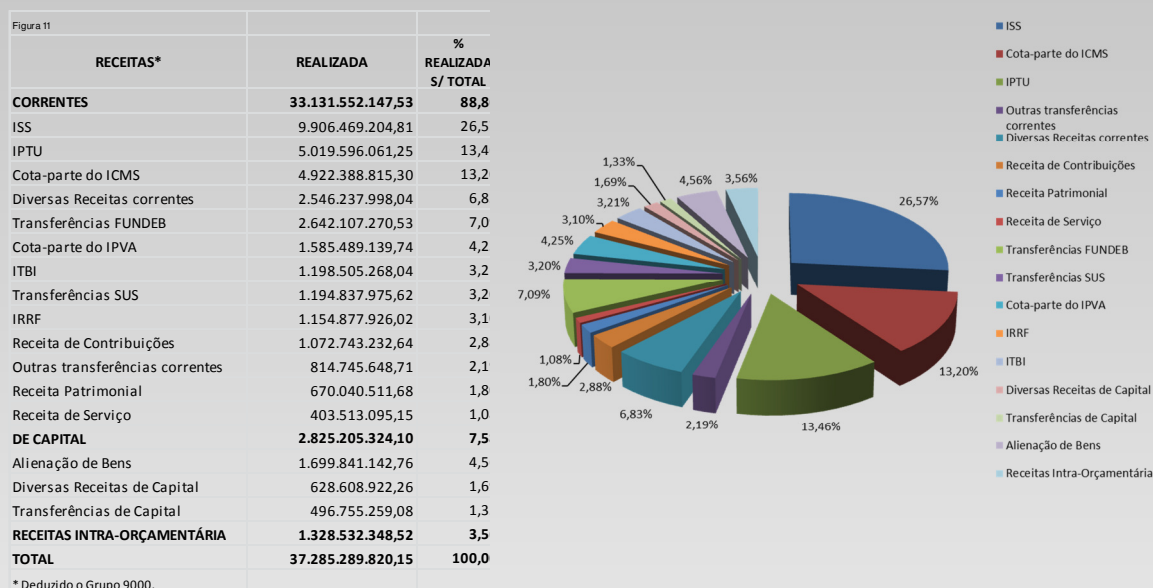
Figura 10

RECEITAS*	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	%	% REALIZADA
	(I)	(II)	III = (II - I)	(II / I)	S/ TOTAL
CORRENTE	33.033.570.270,00	33.131.552.147,53	97.981.877,53	100,30%	88,86%
Tributária	16.658.288.801,00	17.498.340.994,29	840.052.193,29	105,04%	46,93%
Contribuições	1.077.895.146,00	1.072.743.232,64	-5.151.913,36	99,52%	2,88%
Patrimonial	536.648.044,00	670.040.511,68	133.392.467,68	124,86%	1,80%
Serviços	405.696.393,00	403.513.095,15	-2.183.297,85	99,46%	1,08%
Transferências Correntes	12.185.476.943,00	11.159.568.849,90	-1.025.908.093,10	91,58%	29,93%
Outras Receitas Correntes	2.169.564.943,00	2.327.345.463,87	157.780.520,87	107,27%	6,24%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.388.530.134,00	1.328.532.348,52	-59.997.785,48	95,68%	3,56%
Receitas Correntes Intra	1.384.358.805,00	1.328.532.348,52	-55.826.456,48	95,97%	3,56%
Receitas de Capital Intra	4.171.329,00	0,00	-4.171.329,00	00,00%	0,00%
CAPITAL	4.312.497.710,00	2.825.205.324,10	-1.487.292.385,90	65,51%	7,58%
Operações de Crédito	109.058.209,00	94.795.768,60	-14.262.440,40	86,92%	0,25%
Amortização de Empréstimos	21.852.378,00	21.502.597,58	-349.780,42	98,40%	0,06%
Alienação de Bens	1.380.975.500,00	1.699.841.142,76	318.865.642,76	123,09%	4,56%
Transferência de Capital	1.666.097.021,00	496.755.259,08	-1.169.341.761,92	29,82%	1,33%
Outras Receitas de Capital	1.134.514.602,00	512.310.556,08	-622.204.045,92	45,16%	1,37%
TOTAL	38.734.598.114,00	37.285.289.820,15	-1.449.308.293,85	96,26%	100,00%

Fonte: Boletim da Receita em Dezembro/2012 [STS064R] - Sistema SOF.
*Deduzido o Grupo 9000.

2.1.3.2 Principais receitas – Consolidado

A seguir apresentamos quadro e gráfico das principais receitas orçamentárias:



2.1.4 COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – 2011 E 2012

A seguir apresentamos quadro comparativo da Receita Orçamentária Consolidada de 2011 e 2012:

Figura 13

RECEITAS ¹	2011	2012	VARIÇÃO NOMINAL		% VARIÇÃO
	(I)	(II)	R\$	%	REAL ²
CORRENTE	29.961.734.020,68	33.131.552.147,53	3.169.818.126,85	10,58	4,48
Tributária	15.001.473.201,05	17.498.340.994,29	2.496.867.793,24	16,64	10,21
Contribuições	988.862.828,06	1.072.743.232,64	83.880.404,58	8,48	2,50
Patrimonial	697.328.539,93	670.040.511,68	-27.288.028,25	(3,91)	(9,22)
Serviços	410.392.331,15	403.513.095,15	-6.879.236,00	(1,68)	(7,10)
Transferências Correntes	10.629.236.954,76	11.159.568.849,90	530.331.895,14	4,99	(0,80)
Outras Receitas Correntes	2.234.440.165,73	2.327.345.463,87	92.905.298,14	4,16	(1,59)
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.189.938.351,16	1.328.532.348,52	138.593.997,36	11,65	5,49
Receitas Correntes Intra	1.189.938.351,16	1.328.532.348,52	138.593.997,36	11,65	5,49
CAPITAL	934.690.311,41	2.825.205.324,10	1.890.515.012,69	202,26	185,58
Operações de Crédito	28.771.679,51	94.795.768,60	66.024.089,09	229,48	211,30
Amortização de Empréstimos	13.260.247,42	21.502.597,58	8.242.350,16	62,16	53,21
Alienação de Bens	12.096.043,21	1.699.841.142,76	1.687.745.099,55	13952,87	13177,47
Transferência de Capital	447.192.434,87	496.755.259,08	49.562.824,21	11,08	4,95
Outras Receitas de Capital	433.369.906,40	512.310.556,08	78.940.649,68	18,22	11,69
TOTAL	32.086.362.683,25	37.285.289.820,15	5.198.927.136,90	16,20	9,79

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado dos Exercícios de 2011 e de 2012.

¹ Receita líquida (deduzida as contas redutoras - Grupo 9000).

² Variação real da receita obtida considerando-se a inflação de 2012 - IPCA de 5,84 %.

2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

A execução da Despesa Orçamentária, na Prefeitura de São Paulo, atingiu em 2012 o montante de R\$ 36.400.104.976,01, incluídas as despesas intra-orçamentárias, e representou 91,81% do total utilizados dos Créditos Autorizados no montante de R\$ 39.648.777.330,92; bem como apresentou uma Economia Orçamentária de R\$ 3.248.672.354,91.

Destaca-se que do total em 2012:

- i. Da despesa fixada houve um acréscimo de R\$ 914.179.216,92 advindo da abertura de Créditos Adicionais pela utilização do Superávit Financeiro de 2011.
- ii. Das despesas realizadas, a Administração Direta participou com 85,76% e a Administração Indireta com 14,24%.

Figura 10

DESPESA	ORÇADA (a)	ANULAÇÃO (b)	CRÉDITOS ADICIONAIS DIVERSOS(c)	CRÉDITOS ADICIONAIS P/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	TOTAL CRÉDITOS AUTORIZADO (e) = a+b+c+d	DESPESA REALIZADA (f)	% PARTICIPAÇÃO S/TOTAL (g)	ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (h) = e - f
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (Exceto Legislativo)	32.750.105.171,00	-	40.576.732,82	896.778.817,71	33.687.460.721,53	30.689.501.560,32	84,31%	(2.997.959.161,21)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Legislativo	706.387.643,00	(88.000.000,00)	-	-	618.387.643,00	526.352.145,54	1,45%	(92.035.497,46)
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.278.105.300,00	-	47.423.267,18	17.400.399,21	5.342.928.966,39	5.184.251.270,15	14,24%	(158.677.696,24)
TOTAL	38.734.598.114,00	(88.000.000,00)	88.000.000,00	914.179.216,92	39.648.777.330,92	36.400.104.976,01	100,00%	(3.248.672.354,91)

2.2.1 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

As Despesas Orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica, em:

- Despesas Correntes – classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- Despesas de Capital – classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

A PMSP apresentou o seguinte resultado orçamentário, segundo as despesas por categoria econômica:

DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	26.481.010.860,96	5.078.766.943,71	31.559.777.804,67
DESPESAS DE CAPITAL	4.734.842.844,90	105.484.326,44	4.840.327.171,34
TOTAL	31.215.853.705,86	5.184.251.270,15	36.400.104.976,01

2.2.2 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – GND

O GND é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, e são agrupados em: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou em 2012, os seguintes resultados na execução orçamentária da despesa por categoria econômica e elemento de despesa:

2.2.2.1 – DAS DESPESAS CORRENTES

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Esta Categoria teve sua realização no total de R\$ 31.559.777.804,67 correspondente a 86,70% da Despesa Orçamentária, incluídas as intra-orçamentárias, sendo que:

- As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 9.306.445.207,13 correspondendo a 29,49% das Despesas Correntes.
- Os dispêndios com Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 2.624.304.040,75, representando 8,32% das Despesas Correntes.
- As Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 19.629.028.556,79 é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, correspondendo a 62,20% desta Categoria e 53,93% da Despesa Total.

Figura 3D

DESPESAS CORRENTES	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.692.699.498,31	32,83%	613.745.708,82	12,08%	9.306.445.207,13	29,49%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.624.304.040,75	9,91%	-	0,00%	2.624.304.040,75	8,32%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.164.007.321,90	57,26%	4.465.021.234,89	87,92%	19.629.028.556,79	62,20%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	26.481.010.860,96	100,00%	5.078.766.943,71	100,00%	31.559.777.804,67	100,00%

2.2.2.2 – DAS DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

Esta Categoria atingiu a importância de R\$ 4.840.327.171,34, representando 13,30% da Despesa Orçamentária, incluídas as intra-orçamentárias. Do total das Despesas de Capital, a maior parcela de gastos foi alocada no grupo Investimentos, cujo montante de R\$ 3.603.568.460,46 representa 74,45% desta categoria econômica e 9,90% da Despesa Total.

Dos Investimentos destacam-se as despesas com Obras e Instalações (Modalidade Aplicação Direta) no montante de R\$ 2.216.049.528,21 representando 61,50% deste grupo; as Inversões Financeiras importaram em R\$ 52.329.197,87, registrando 1,08% de participação no total das Despesas de Capital; e no grupo de natureza da despesa Amortização da Dívida, o montante de R\$ 1.184.429.513,01, representou 24,47% desta categoria econômica.

Figura 4D

DESPESAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
INVESTIMENTOS	3.519.310.738,13	74,33%	84.257.722,33	79,88%	3.603.568.460,46	74,45%
INVERSÕES FINANCEIRAS	31.102.593,76	0,66%	21.226.604,11	20,12%	52.329.197,87	1,08%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.184.429.513,01	25,02%	-	0,00%	1.184.429.513,01	24,47%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.734.842.844,90	100,00%	105.484.326,44	100,00%	4.840.327.171,34	100,00%

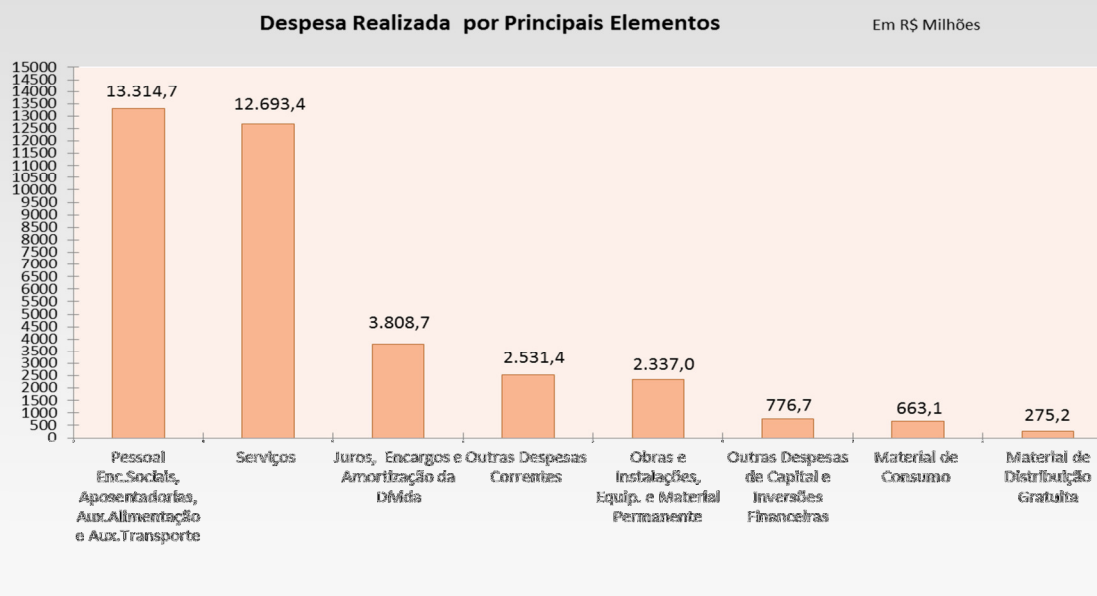
2.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PRINCIPAIS ELEMENTOS

A seguir, tabela e gráfico representando os principais elementos de despesas utilizados na execução orçamentária de 2012:

ELEMENTOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA	
	(I)	(II)	III = (II - I)	S/AUTORIZADA IV= II/I	S/TOTAL REALIZADA
Serviços*	13.531.578.487,08	12.693.358.505,20	(838.219.981,88)	93,81%	34,87%
Pessoal e Encargos Sociais	9.725.050.277,66	9.306.445.207,13	(418.605.070,53)	95,70%	25,57%
Juros e Encargos da Dívida	2.634.756.770,24	2.624.304.040,75	(10.452.729,49)	99,60%	7,21%
Outras Despesas Correntes	2.590.374.485,61	2.531.403.273,61	(58.971.212,00)	97,72%	6,95%
Obras e Instalações	3.670.812.396,91	2.235.892.219,50	(1.434.920.177,41)	60,91%	6,14%
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	3.300.414.390,85	3.300.404.390,85	(10.000,00)	100,00%	9,07%
Outras Despesas de Capital	911.169.608,02	724.339.899,19	(186.829.708,83)	79,50%	1,99%
Amortização da Dívida	1.192.074.565,16	1.184.429.513,01	(7.645.052,15)	99,36%	3,25%
Material de Consumo	772.397.698,92	663.065.001,46	(109.332.697,46)	85,85%	1,82%
Auxílio Alimentação	644.513.485,66	624.214.814,58	(20.298.671,08)	96,85%	1,71%
Material de Distribuição Gratuita	338.810.558,74	275.203.245,73	(63.607.313,01)	81,23%	0,76%
Equipamentos e Mat. Permanente	191.766.644,82	101.106.164,46	(90.660.480,36)	52,72%	0,28%
Inversões Financeiras	53.109.593,76	52.329.197,87	(780.395,89)	98,53%	0,14%
Auxílio Transporte	90.948.367,49	83.609.502,67	(7.338.864,82)	91,93%	0,23%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	(1.000.000,00)	0,00%	0,00%
TOTAL	39.648.777.330,92	36.400.104.976,01	(3.248.672.354,91)	91,81%	100,00%

Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária - por Conta Despesa do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

* Serviços inclui: Serviços de Terceiros, Locação de Mão de Obra e Serviços de Consultoria.



2.2.4 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

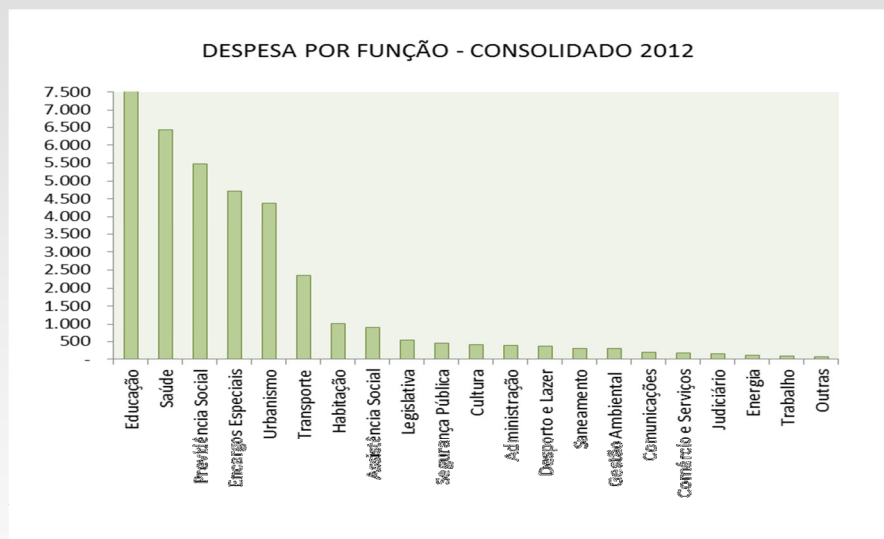
Da realização da despesa da PMSP em 2012, segundo os projetos e atividades desenvolvidos pelas unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, os mais significativos foram nas áreas relacionadas com as funções: 12 - Educação R\$ 7.566.022.072,29 (20,79%); 10 - Saúde R\$ 6.433.836.603,65 (17,68%); 09 - Previdência Social R\$ 5.474.494.464,19 (15,04%); 28 - Encargos Especiais R\$ 4.706.620.611,61 (12,93%); 15 - Urbanismo R\$ 4.374.832.797,75 (12,02%) e 26 - Transportes R\$ 2.341.703.877,20 (6,43%).

Com referência à função Encargos Especiais destaca-se que a maior concentração dos seus gastos refere-se à despesa com Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização), representando o montante de R\$ 3.808.733.553,76 o que equivale a 80,92% do total desta função.

A seguir, tabela e gráfico das despesas realizadas por função:

FUNÇÕES	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA S / AUTORIZADA	% PARTICIPAÇÃO S/ REALIZADA
Educação	7.866.036.059,93	7.566.022.072,29	300.013.987,64	96,19%	20,79%
Saúde	6.830.942.392,39	6.433.836.603,65	397.105.788,74	94,19%	17,68%
Previdência Social	5.529.000.417,22	5.474.494.464,19	54.505.953,03	99,01%	15,04%
Encargos Especiais	4.785.585.718,34	4.706.620.611,61	78.965.106,73	98,35%	12,93%
Urbanismo	4.829.749.648,37	4.374.832.797,75	454.916.850,62	90,58%	12,02%
Transporte	2.426.883.375,60	2.341.703.877,20	85.179.498,40	96,49%	6,43%
Habitação	1.850.244.060,56	1.018.662.065,84	831.581.994,72	55,06%	2,80%
Assistência Social	1.073.527.813,00	919.021.470,71	154.506.342,29	85,61%	2,52%
Legislativa	618.387.643,00	526.352.145,54	92.035.497,46	85,12%	1,45%
Segurança Pública	537.761.825,75	458.305.755,65	79.456.070,10	85,22%	1,26%
Cultura	433.630.325,25	409.289.803,64	24.340.521,61	94,39%	1,12%
Administração	468.980.786,10	394.510.227,65	74.470.558,45	84,12%	1,08%
Desporto e Lazer	390.321.594,39	358.898.201,88	31.423.392,51	91,95%	0,99%
Saneamento	571.709.780,34	304.102.262,18	267.607.518,16	53,19%	0,84%
Gestão Ambiental	365.854.641,07	296.670.882,20	69.183.758,87	81,09%	0,82%
Comunicações	205.842.418,19	197.460.624,17	8.381.794,02	95,93%	0,54%
Comércio e Serviços	186.483.686,72	178.651.914,07	7.831.772,65	95,80%	0,49%
Judiciário	164.586.592,48	154.705.194,54	9.881.397,94	94,00%	0,43%
Energia	126.000.000,00	120.712.389,50	5.287.610,50	95,80%	0,33%
Trabalho	295.616.501,53	100.905.807,87	194.710.693,66	34,13%	0,28%
Direitos da Cidadania	66.595.969,11	45.517.103,25	21.078.865,86	68,35%	0,13%
Agricultura	14.737.470,60	13.816.939,95	920.530,65	93,75%	0,04%
Relações Exteriores	8.690.394,00	4.688.242,94	4.002.151,06	53,95%	0,01%
Defesa Nacional	608.216,98	323.517,74	284.699,24	53,19%	0,00%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	1.000.000,00	0,00%	0,00%
TOTAL	39.648.777.330,92	36.400.104.976,01	3.248.672.354,91	91,81%	100,00%

Fonte: Acompanhamento da Despesa por Função do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Anexo II, do RREO, LRF 6ºBi/12.



2.2.3 DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

O orçamento da PMSF, em 2012, apresentou o seguinte resultado segundo as diversas Fontes de Recursos:

Da execução orçamentária segundo as fontes destaca-se que a maior parcela pertence a Fonte 00 – Tesouro Municipal, que teve a participação de 71,72% do total da despesa realizada no exercício.

FONTE DE RECURSO	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
00 TESOURO MUNICIPAL	26.106.165.788,27	71,72%
01 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.689.260,76	0,13%
02 TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	2.382.669.256,62	6,55%
03 TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	529.047.698,69	1,45%
04 FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	2.661.506.011,44	7,31%
05 OUTRAS FONTES	628.382.796,86	1,73%
06 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.292.013.693,99	6,30%
08 TESOURO MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	1.729.317.025,14	4,75%
09 RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	23.313.444,24	0,06%
TOTAL	36.400.104.976,01	100,00%

2.2.4 DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA correspondem a uma faculdade legal que permite o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados à conta do orçamento vigente e só irão afetar o sistema orçamentário e, conseqüentemente, o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas.

No Município de São Paulo, as despesas pagas no exercício de 2012, correspondentes a despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R\$ 459.293.975,24, sendo 70,68% dessas despesas provenientes de Outras Despesas Correntes.

DESPESAS REALIZADAS POR DEA	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
DESPESAS CORRENTES	327.643.567,03	71,34%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.995.817,78	0,65%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	324.647.749,25	70,68%
DESPESAS DE CAPITAL	131.650.408,21	28,66%
INVESTIMENTOS	131.650.408,21	28,66%
DESPESAS TOTAL	459.293.975,24	100,00%

2.2.5 DAS DESPESAS COM INCENTIVOS CULTURAIS – 2012

A seguir apresentamos dados¹ referente às despesas com Incentivos Culturais no exercício de 2012.

Órgão: 28 – Encargos Gerais do Município

Unidade: 25 – Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Cultura

Dotação: 28.25.13.392.1320.6861 – Realização de Projetos Culturais com Incentivos Fiscais

	Em R\$
ORÇAMENTO INICIAL	6.400.000,00
REDUÇÃO	2.900.000,00
CONGELAMENTO	100.000,00
SUPLEMENTAÇÃO	1.672.560,51
ORÇAMENTO DISPONÍVEL	5.072.560,51
ORÇAMENTO UTILIZADO	4.972.869,63
SALDO ORÇAMENTÁRIO	99.690,88

A seguir apresentamos quadro detalhado dos gastos com os Incentivos Culturais:

DESPESA	AUTORIZADO	EMPENHADO	PAGO	RESTOS A PAGAR	SALDO DOTAÇÃO
3390.3600- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100.000,00	-	-	-	100.000,00
3390.3900- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.072.560,51	4.972.869,63	3.504.561,13	1.468.308,50	99.690,88

2.2.6 DA EXECUÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO

O orçamento dos Fundos Municipais do Poder Executivo² encontra-se agregado ao total orçado para a Administração Direta e Empresa Estatal Dependente³.

Na Administração Direta cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento com um número de órgão específico.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias da Secretaria a que se vinculam ou a Empresa Estatal Dependente, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica e Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹ Fonte: Comissão de Averiguação e Avaliação de Projetos Culturais da Secretaria Municipal da Cultura.

² Fundos Especiais da Câmara Municipal e Tribunal de Contas são operacionalizados no âmbito do Poder Legislativo.

³ Fundo Municipal de Habitação está vinculado à empresa estatal dependente – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Do montante do Orçamento de 2012 foi orçado para os Fundos Municipais o montante de R\$ 8.359,6 milhões, sendo R\$ 8.291,2 milhões na Administração Direta e R\$ 68,4 milhões na Empresa Estatal Dependente.

Entretanto, esse valor foi atualizado no decorrer de 2012, passando a configurar um orçamento atualizado de R\$ 8.888,4 milhões, e empenhado de R\$ 8.023,6 milhões, o que representa a utilização de 90,27% do orçamento atualizado dos Fundos, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/FUNDO	ORÇAMENTO INICIAL	Acréscimos ou Decréscimo	ORÇAMENTO ATUALIZADO	TOTAL EMPENHADO	% EXECUTADO SOBRE ORÇ. ATUALIZADO
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.599.730.980,00	102.113.911,47	5.701.844.891,47	5.358.965.162,96	93,99%
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	4.550.000,00	5.360.000,00	9.910.000,00	2.612.846,84	26,37%
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	2.950.000,00	-	2.950.000,00	1.647.492,63	55,85%
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	606.502.156,00	32.525.424,71	639.027.580,71	336.820.892,34	52,71%
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	833.509.746,00	7.013.260,10	840.523.006,10	786.419.958,46	93,56%
88 - FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURA	550.000,00	-	550.000,00	-	0,00%
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	4.362.900,00	551.892,81	4.914.792,81	4.911.456,06	99,93%
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	120.643.543,00	-	120.643.543,00	51.521.492,85	42,71%
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	68.436.558,00	-	68.358.558,00	47.944.342,31	70,14%
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	616.946.032,00	109.817.694,99	726.763.726,99	680.738.099,87	93,67%
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	81.685.554,00	-	81.685.554,00	73.060.391,34	89,44%
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	5.729.000,00	5.319.594,18	11.048.594,18	10.535.451,88	95,36%
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	480.000,00	-	480.000,00	480.000,00	100,00%
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	2.070.000,00	1.100.443,68	3.170.443,68	3.113.275,68	98,20%
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	160.000.000,00	122.978.875,12	282.978.875,12	281.324.337,28	99,42%
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	251.430.046,00	142.030.351,71	393.460.397,71	383.474.830,02	97,46%
TOTAL	8.359.576.515,00	528.811.448,77	8.888.387.963,77	8.023.570.030,52	90,27%

Do valor total empenhado pelos Fundos Municipais de R\$ 8.023,6 milhões foram utilizados R\$ 6.988,4 milhões em Despesa Corrente e R\$ 1.035,2 em Despesa de Capital, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/FUNDO	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.237.855.723,05	121.109.439,91	5.358.965.162,96
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	1.267.779,77	1.345.067,07	2.612.846,84
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	748.311,59	899.181,04	1.647.492,63
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	336.820.892,34	336.820.892,34
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	735.145.171,61	51.274.786,85	786.419.958,46
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	4.911.456,06	-	4.911.456,06
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	41.798.626,29	9.722.866,56	51.521.492,85
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	5.838.636,30	42.105.706,01	47.944.342,31
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	675.073.087,26	5.665.012,61	680.738.099,87
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.951.589,18	71.108.802,16	73.060.391,34
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	10.535.451,88	-	10.535.451,88
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	480.000,00	-	480.000,00
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	-	3.113.275,68	3.113.275,68
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	281.324.337,28	281.324.337,28
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	272.752.110,29	110.722.719,73	383.474.830,02
TOTAL	6.988.357.943,28	1.035.212.087,24	8.023.570.030,52

Por fim, os Fundos Municipais apresentaram a seguinte situação de Restos a Pagar, em 31/12/2012:

ÓRGÃO/FUNDO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR					INSCRIÇÃO TOTAL
	EXERCÍCIO 2008	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012	
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.162,06	54.823,88	105.291,06	34.531,85	211.217.868,09	211.423.676,94
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	-	-	-	1.146,65	459.936,42	461.083,07
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	-	-	-	-	112.191,91	112.191,91
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	-	-	-	39.641.856,86	39.641.856,86
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	-	15.417,67	18.229,06	-	69.152.023,87	69.185.670,60
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	-	-	-	-	684.224,45	684.224,45
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	-	-	-	-	3.004.877,02	3.004.877,02
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	-	-	-	-	4.725.021,28	4.725.021,28
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	69.724,35	72.221,94	134.562,88	77.787,35	42.297.260,94	42.651.557,46
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	-	925,08	-	-	21.362.723,08	21.363.648,16
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	-	-	-	-	791.610,18	791.610,18
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	-	-	-	-	1.134.827,36	1.134.827,36
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	-	-	106.682,81	20.422.981,42	20.529.664,23
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	-	120.532.880,65	120.532.880,65
TOTAL	80.886,41	143.388,57	258.083,00	220.148,66	535.540.283,53	536.242.790,17

2.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir apresentamos a síntese da execução orçamentária de 2012:

Em R\$			
ORÇAMENTO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITA			
Realizada	34.822.614.929,91	2.462.674.890,24	37.285.289.820,15
(-) Prevista	36.171.055.404,00	2.563.542.710,00	38.734.598.114,00
(=) INSUFICIÊNCIA DE ARRECAÇÃO	(1.348.440.474,09)	(100.867.819,76)	(1.449.308.293,85)
DESPESA			
Executada	31.215.853.705,86	5.184.251.270,15	36.400.104.976,01
(-) Autorizada	34.305.848.364,53	5.342.928.966,39	39.648.777.330,92
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	3.089.994.658,67	158.677.696,24	3.248.672.354,91
ATUALIZADO			
Receita Prevista Atualizada	36.171.055.404,00	2.563.542.710,00	38.734.598.114,00
(-) Despesa Fixada Atualizada	34.305.848.364,53	5.342.928.966,39	39.648.777.330,92
(=) ORÇAMENTO SUPERAVITÁRIO/DEFICITÁRIO	1.865.207.039,47	(2.779.386.256,39)	(914.179.216,92)
EXECUTADO			
Receita realizada	34.822.614.929,91	2.462.674.890,24	37.285.289.820,15
(-) Despesa executada	31.215.853.705,86	5.184.251.270,15	36.400.104.976,01
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DE EXECUÇÃO	3.606.761.224,05	(2.721.576.379,91)	885.184.844,14

2.4 COMPORTAMENTO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – ÚLTIMOS CINCO ANOS

Demonstramos a seguir o comportamento do resultado orçamentário (em milhões de reais), nos últimos cinco anos:

Resultado Orçamentário	2008	2009	2010	2011	2012
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.298,1	1.601,9	3.279,3	2.338,4	3.606,7
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	(1.597,3)	(1.798,2)	(2.056,9)	(2.232,3)	(2.721,6)
CONSOLIDADO	(299,2)	(196,3)	1.222,4	106,1	885,1

3 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, de que trata o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados aos saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Este balanço possibilita conhecer a situação das disponibilidades depois de confrontar o saldo financeiro do exercício anterior com o total das receitas realizadas e as despesas executadas.

3.1 DO SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2012 perfaziam o montante de:

- ✓ R\$ 4.931.415.320,99 na Administração Direta⁴
- ✓ R\$ 200.930.023,99 na Administração Indireta⁵
- ✓ **R\$ 5.132.345.344,98 no Consolidado**

⁴ Incluso Poder Legislativo.

⁵ Incluso Empresa Estatal Dependente.

3.2 DAS RECEITAS

As receitas orçamentárias alcançaram o montante de:

- ✚ R\$ 34.822.614.929,91 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 2.462.674.890,24 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 37.285.289.820,15 no Consolidado.**

E tiveram a seguinte distribuição:

Receitas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Correntes*	32.021.664.791,75	1.109.887.355,78	33.131.552.147,53
Capital	2.800.950.138,16	24.255.185,94	2.825.205.324,10
Intraorçamentária	0,00	1.328.532.348,52	1.328.532.348,52
TOTAL	34.822.614.929,91	2.462.674.890,24	37.285.289.820,15

* Deduzido Grupo 9000.

Os recebimentos de natureza extra orçamentária somaram a importância de:

- ✚ R\$ 35.192.469.614,67 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 636.903.781,22 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 35.829.373.395,89 no Consolidado.**

3.3 DAS DESPESAS

A despesa orçamentária do exercício ocorreu da seguinte forma:

Despesa Orçamentária	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Empenhada	31.215.853.705,86	5.184.251.270,15	36.400.104.976,01
Não Empenhada	3.089.994.658,67	158.677.696,24	3.248.672.354,91
Liquidada	29.511.179.299,11	5.120.530.431,15	34.631.709.730,26
Não Liquidada	1.704.674.406,75	63.720.839,00	1.768.395.245,75
Liquidada e não Paga	175.209.301,72	20.240.337,32	195.449.639,04
Despesas Pagas	29.335.969.997,39	5.100.290.093,83	34.436.260.091,22
Saldo a Pagar	1.879.883.708,47	83.961.176,32	1.963.844.884,79

A despesa efetivamente paga representou:

- ✚ R\$ 29.335.969.997,39 na Administração Direta e equivale a 93,98% da despesa realizada neste ente;
- ✚ R\$ 5.100.290.093,83 na Administração Indireta e equivale a 98,38% da despesa realizada neste ente;
- ✚ **R\$ 34.436.260.091,22 no Consolidado**, que corresponde a 94,60% da despesa realizada total.

As despesas de natureza extra orçamentária alcançaram o montante de:

- ✚ R\$ 35.341.217.218,78 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 652.034.714,58 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 35.993.251.933,36 no Consolidado.**

RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades passaram de R\$ 5.132.345.344,98 (2011) para R\$ 5.853.651.651,65 (2012), verificando-se um acréscimo de R\$ 721.306.306,67, conforme demonstrado a seguir:

	R\$	R\$
Receita Arrecadada		
Orçamentária	37.285.289.820,15	
Extra-Orçamentária	<u>35.829.373.395,89</u>	73.114.663.216,04
(-) Despesas		
Orçamentária	(36.400.104.976,01)	
Extra-Orçamentária	<u>(35.993.251.933,36)</u>	(72.393.356.909,37)
(-) Interferências Ativa/Passiva		
Recebido	3.267.309.985,73	
Concedido	<u>(3.267.309.985,73)</u>	-
(=) Acréscimo Financeiro		721.306.306,67
(+) Saldo no Início do Exercício		<u>5.132.345.344,98</u>
Caixa	51.031,65	
Bancos	114.011.135,63	
Bancos, Contas Especiais	523.547.874,54	
Aplicações Financeiras	4.476.636.270,54	
Investimentos RPPS	<u>18.099.032,62</u>	
(=) Saldo no Final do Exercício		5.853.651.651,65

A seguir apresentamos quadro detalhado das Transferências Ativas e Passivas:

TRANSFERÊNCIAS ATIVAS	3.267.309.985,73	TRANSFERÊNCIAS PASSIVAS	3.267.309.985,73
Repasses Recebidos	3.258.610.296,36	Repasses Concedidos	3.258.610.296,36
Hospital do Servidor Público Municipal	171.900.579,60	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	11.292.641,12
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.528.839.470,36	Fundo Municipal de Habitação - COHAB	11.015.006,88
Autarquia Hospitalar Municipal	897.472.501,67	Prefeitura do Município de São Paulo	3.236.302.648,36
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	5.134.404,98		
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	86.637.343,94		
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	39.205.658,80		
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	182.358.358,00		
Câmara Municipal de São Paulo	343.500.000,00		
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	3.561.979,01		
Devolução de Repasses Concedidos	8.699.689,37	Devolução de Repasses Concedidos	8.699.689,37
Prefeitura do Município de São Paulo	8.699.689,37	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	3.758.884,18
		Câmara Municipal de São Paulo	4.940.805,19

Da Análise do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício. A seguir, apresentamos algumas análises do Balanço Financeiro por meio de quocientes:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro – é resultante da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.

Em 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

$$\frac{\text{Resultado Orçamentário}}{\text{Variação do Saldo em Espécie}} = \frac{885.184.844,14}{721.306.306,67} = 1,23$$

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Observa-se que a Prefeitura de São Paulo, apresentou em 2012 o seguinte Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo Exercício Seguinte}}{\text{Saldo Exercício Anterior}} = \frac{5.853.651.651,65}{5.132.345.344,98} = 1,14$$

Nota-se que a variação nas disponibilidades totais foi de 14%. Esse quociente maior que 1 demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos, e que houve um superávit financeiro.

4 – BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de que trata o artigo 104 da Lei Federal n.º 4.320/64, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As **Variações Patrimoniais Ativas** evidenciam aumento na situação patrimonial pela incorporação de elementos no ativo ou pela diminuição de elementos no passivo, sendo:

- ✓ Resultantes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas receitas orçamentárias arrecadadas acrescidas das mutações patrimoniais da despesa.
- ✓ Independentes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária são originadas sempre por fatos de superveniências ativas, e/ou por insubsistências passivas.

As **Variações Patrimoniais Passivas** evidenciam diminuição da situação patrimonial pela incorporação de elementos no passivo ou pela diminuição de elementos no ativo, sendo:

- ✓ Resultantes da execução orçamentária: as variações patrimoniais passivas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas despesas orçamentárias realizadas acrescidas das mutações patrimoniais da receita.
- ✓ Independentes da execução orçamentária: as variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária ocorrem pela verificação de fatos de insubsistências ativas e/ou de superveniências passivas.

A seguir apresentamos as Variações Ativas e Passivas ocorridas no exercício de 2012 na Prefeitura de São Paulo:

Variações	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
(+) Variações Ativas	52.054.305.830,08	6.570.648.124,94	58.624.953.955,02
Resultantes da Execução Orçamentária	37.811.095.162,30	5.333.747.424,08	43.144.842.586,38
Independentes da Execução Orçamentária	14.243.210.667,78	1.236.900.700,86	15.480.111.368,64
(-) Variações Passivas	49.783.435.719,40	6.586.181.636,34	56.369.617.355,74
Resultantes da Execução Orçamentária	37.085.066.007,89	5.240.502.518,58	42.325.568.526,47
Independentes da Execução Orçamentária	12.698.369.711,51	1.345.679.117,76	14.044.048.829,27
(=) SUPERÁVIT VERIFICADO	2.270.870.110,68	(15.533.511,40)	2.255.336.599,28

Do Resultado das Variações Patrimoniais em 2012

No exercício financeiro de 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou um Superávit Patrimonial, oriundo do resultado positivo/negativo entre as variações patrimoniais, sendo:

- R\$ 2.270.870.110,68 na Administração Direta;
- (R\$ 15.533.511,40) na Administração Indireta;
- **R\$ 2.255.336.599,28 no Consolidado.**

Da Análise das Variações Patrimoniais

Pela Demonstração das Variações Patrimoniais, deve-se avaliar o resultado patrimonial, que é afetado tanto por fatos orçamentários quanto extraorçamentários, observando os itens mais relevantes que interferiram no superávit ou déficit patrimonial.

A avaliação de gestão, a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais, tem o objetivo de apurar o quanto e de que forma a administração influenciou nas alterações patrimoniais quantitativas e qualitativas do setor público.

A seguir apresentamos o **Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais**, que é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (Superávit ou Déficit Patrimonial).

Em 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

$$\frac{\text{Total das Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Total das Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{58.624.953.955,02}{56.369.617.355,74} = 1,04$$

Observa-se que o referido Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi maior do que 1, confirmando o resultado patrimonial superavitário apresentado no exercício de 2012 pela Prefeitura de São Paulo.

5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica da Prefeitura e consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64 demonstra:

- **Ativo Financeiro**, que compreende os créditos e valores realizáveis em curto prazo e movimentam-se independentemente de autorização orçamentária.
- **Ativo Permanente**, que compreendem todos os bens, créditos e valores fixos cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.
- **Passivo Financeiro**, que compreende os compromissos exigíveis em curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Esses compromissos constituem a chamada "Dívida Flutuante" e, quando pagos, classificam-se como despesa extraorçamentária.
- **Passivo Permanente**, que compreende as dívidas fundadas interna e externa (compromissos com exigibilidade superior a 12 meses) e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- **Saldo Patrimonial**, que compreende o Ativo Real Líquido ou Saldo Patrimonial representa a diferença entre a soma do Ativo Real e o Passivo Real.
- **Contas de Compensação**, que registram os atos da Administração que não refletem de imediato sobre o patrimônio.

Em 31/12/12 a situação patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo, sintetizada, é:

	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADO
Ativo Real	83.469.341.827,10	1.525.980.402,67	84.995.322.229,77
Ativo Financeiro	7.482.261.637,73	1.202.402.336,93	8.684.663.974,66
Ativo Permanente	75.987.080.189,37	323.578.065,74	76.310.658.255,11
Passivo Real	76.811.608.838,27	1.402.394.193,77	78.214.003.032,04
Passivo Financeiro	4.562.512.433,78	545.827.077,16	5.108.339.510,94
Passivo Permanente	72.249.096.404,49	856.567.116,61	73.105.663.521,10
Saldo Patrimonial	6.657.732.988,83	123.586.208,90	6.781.319.197,73

O resultado patrimonial apurado no exercício evidencia um:

- ✓ Ativo Real Líquido de R\$ 5.250.831.948,52
- ✓ Patrimônio/Capital de R\$ 1.426.131.514,20⁶
- ✓ Reservas de R\$ 104.355.735,01⁷.

Destaca-se que as Contas de Compensação apresentadas pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2012 foram:

- ✓ R\$ 116.874.208.647,07 na Administração Direta;
- ✓ R\$ 2.709.475.837,15 na Administração Indireta;
- ✓ **R\$ 119.583.684.484,22 no Consolidado.**

⁶ COHAB.

⁷ IPREM E COHAB.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A seguir, a situação do Saldo Patrimonial da Prefeitura de São Paulo nos últimos cinco anos:

Saldo Patrimonial	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Direta	(335,5)	836,0	1.357,6	4.334,0	6.657,7
Administração Indireta	22,2	(108,8)	(224,4)	(291,0)	123,6
Consolidado	(313,3)	727,2	1.133,2	4.043,0	6.781,3

Da Análise do Balanço Patrimonial

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

A Prefeitura de São Paulo apresentou no exercício de 2012 os seguintes índices patrimoniais:

- 1) **Liquidez Corrente (LC)** - Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro⁸

$$\frac{\text{Ativo Financeiro (AF)} \quad 8.684.663.974,66}{\text{Passivo Financeiro (PF)} \quad 5.108.339.510,94} = 1,70$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que a PMSP com o saldo do AF poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

- 2) **Índice de Solvência (IS)** – (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)⁹

$$\frac{\text{Ativo Financeiro + Ativo Permanente} \quad 84.995.322.229,77}{\text{Passivo Financeiro + Passivo Permanente} \quad 78.214.003.032,04} = 1,09$$

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente as suas obrigações e apresente uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Neste caso, a PMSP obteve um índice superior a 1, o que garante a solvência de toda suas obrigações e apresenta resultado patrimonial superavitário, em decorrência de seu Ativo Real ser superior ao Passivo Real, conforme pode ser verificado no respectivo Balanço Patrimonial.

⁸ Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial da Lei 4320/64 foi considerado como Ativo e Passivo Circulante o Ativo e Passivo Financeiro.

⁹ Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial da Lei 4320/64 foi considerado como Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante o total do Ativo Financeiro + Ativo Permanente e como Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante o total do Passivo Financeiro + Passivo Permanente.

6 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme disposto no § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

O Superávit Financeiro alcançado no Município de São Paulo no exercício de 2012 foi de **R\$ 3.576.324.463,72 no Consolidado**, sendo R\$ 2.919.749.203,95 na Administração Direta e R\$ 656.575.259,77 na Administração Indireta.

A seguir apresentamos o detalhamento do Superávit Financeiro, deduzido o valor dos Investimentos de Curto Prazo – RPPS, conforme segue:

SUPERAVIT POR FONTE DE RECURSOS - EXERCÍCIO 2012

Empresas	Saldo do DISPONÍVEL em 31/12/2012 ¹ (incluso rec.vinculados) (A)	Restos a Pagar 31/12/2012 ² (B)	Saldo de Contas Extra-Orçamentárias ³ (C)	SUPERÁVIT (Ativo Circulante - Passivo Circulante) (D) = (A - B - C)
Administração Direta (Exceto Poder Legislativo)				
00 - RECURSOS PRÓPRIOS	1.161.457.867,11	1.054.984.888,75	(864.243.174,67)	(757.770.196,31)
01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.641.080,58	11.580.477,00	0,00	39.060.603,58
02 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	713.795.905,03	270.041.165,47	0,00	443.754.739,56
03 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	136.346.930,83	84.598.134,87	0,00	51.748.795,96
04 - FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	130.678.902,42	11.488.333,77	0,00	119.190.568,65
05 - OUTRAS FONTES	2.905.151.086,01	170.355.900,05	0,00	2.734.795.185,96
08 - TESOURO MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	536.886.644,97	265.479.687,02	0,00	271.406.957,95
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.634.958.416,95	1.868.528.586,93	(864.243.174,67)	2.902.186.655,35
Administração Direta (Poder Legislativo) ⁴				
TOTAL DO PODER LEGISLATIVO	47.588.212,63	15.209.211,81	(14.816.452,22)	17.562.548,60
Administração Indireta ⁵				
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	171.105.022,07	94.449.061,86	575.144.072,20	651.800.032,41
TOTAIS	5.853.651.651,65	1.978.186.860,60	(303.915.554,69)	3.571.549.236,36

Notas:

- Dados obtidos através do Balanço Patrimonial, considerando ainda:
 - Demonstrativo do Disponível por Fonte encaminhado pela DIDIS/DEFIN (Administração Direta - exceto Poder Legislativo)
- Extração do sistema SOF: Acompanhamento da Execução Orçamentária do Exercício e dos Restos e Balanço Patrimonial (ambos Adm. Direta exceto Poder Legislativo).
 - Total dos Restos a Pagar expurgado os valores das retenções.
- Resultado das contas extra-orçamentária do Ativo Financeiro no valor de R\$ 2.826.237.095,65 (-) contas extra-orçamentária do Passivo Financeiro no valor de R\$ 3.130.152.650,34, já excluído:
 - do Ativo Financeiro os Investimentos de Curto Prazo - RPPS no valor de R\$ 4.775.227,36 (Administração Indireta).
 - do Passivo Financeiro os Restos a Pagar no valor de R\$ 1.978.186.860,60 (Consolidado).
- Compõem dados do TCMS e CMSP.
- Compõem dados do SFMS; IPREM; HSPM; AHM; COHAB e FUNDATEC.

A seguir, apresentamos o comportamento do Superávit Financeiro, nos últimos cinco anos:

	2008	2009	2010	2011	2012
Superávit/Déficit Financeiro	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Direta	1.403,0	104,6	1.520,9	1.953,9	2.919,7
Administração Indireta	46,8	-16,9	0,2	17,8	656,6
Consolidado	1.449,8	87,7	1.521,1	1.971,7	3.576,3

7 – DA GESTÃO FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltada para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de contabilidade, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais, contribuindo para a melhoria da consolidação das contas públicas conforme previsto na LRF.

Neste sentido, objetivando a finalidade de acompanhamento e demonstração da gestão fiscal, a STN edita, regularmente, o Manual das Demonstrações Fiscais – MDF, neste Anexo de Riscos Fiscais, II - Anexo de Metas Fiscais apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Assim, observando o disposto nesses manuais, apresentamos os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2012.

7.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o RREO e deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

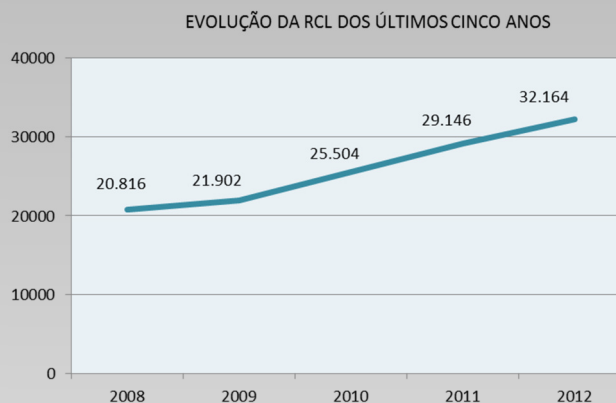
Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo apurada no exercício de 2012 atingiu o montante de R\$ 32.163,7 milhões.

A seguir quadro e gráfico da evolução da RCL nos últimos cinco anos:

Ano	RCL ¹	% de acrécimo
2008	20.816	12,02
2009	21.902	5,22
2010	25.504	16,45
2011	29.146	14,28
2012	32.164	10,35

¹ Em R\$ Milhões.



7.2 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir e integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

O IPREM apresentou no exercício de 2012, o seguinte Resultado Previdenciário:

	Em R\$ Milhões
Especificação	2012
Receitas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	980,46
Receitas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1.312,83
Total das Receitas Previdenciárias	2.293,29
Despesas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	3.831,92
Despesas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1,13
Total das Despesas Previdenciárias	3.833,04
Resultado Previdenciário	(1.539,75)

7.3 DO RESULTADO NOMINAL

O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00, tem como objetivo demonstrar a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência, e o saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF, em seu parágrafo único: "*Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício*". Os títulos de emissão do Banco Central do Brasil compõem a dívida consolidada da União.

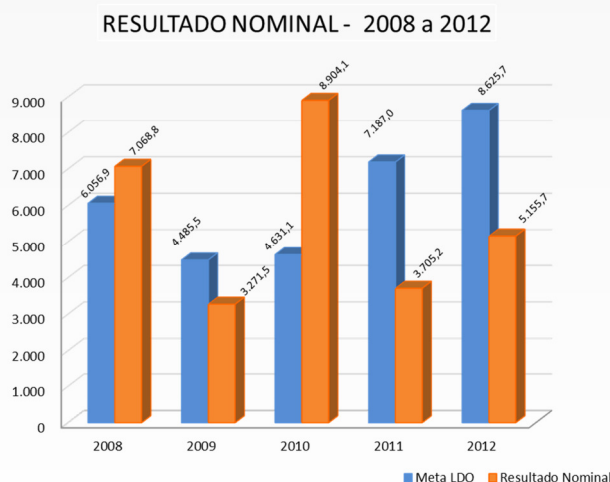
Eventuais garantias concedidas, bem como suas contragarantias, não são consideradas na dívida fiscal líquida. O estoque de precatórios anteriores a 5 de maio de 2000 também não compõe a dívida fiscal líquida.

A meta do Resultado Nominal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 foi de R\$ 8.625,7 milhões, e ao final do exercício o resultado nominal alcançado foi de R\$ 5.155,7 milhões, motivado pelo aumento da dívida fiscal líquida de R\$ 57.781,2 milhões para R\$ 62.936,9 milhões, decorrente principalmente da incorporação dos juros e correção monetária aplicada no estoque da Dívida.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Em R\$ Milhões				
Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a	Dívida Fiscal Líquida
2008	6.056,9	7.068,8	1.011,9	41.900,4
2009	4.485,5	3.271,5	(1.214,0)	45.171,9
2010	4.631,1	8.904,1	4.273,0	54.076,0
2011	7.187,0	3.705,2	(3.481,8)	57.781,2
2012	8.625,7	5.155,7	(3.470,0)	62.936,9

Segue gráfico do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:



7.4 DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00, representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

A apuração do Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Para fins de apuração do Resultado Primário, deverão ser computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intra-orçamentárias.

Entretanto, neste demonstrativo, não é necessário segregar as receitas e despesas intra-orçamentárias das outras receitas e despesas resulta da diferença entre as receitas e despesas não financeiras e sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

Em 2012, a Prefeitura de São Paulo, apresentou um Resultado Primário de R\$ 2.293,4 milhões.

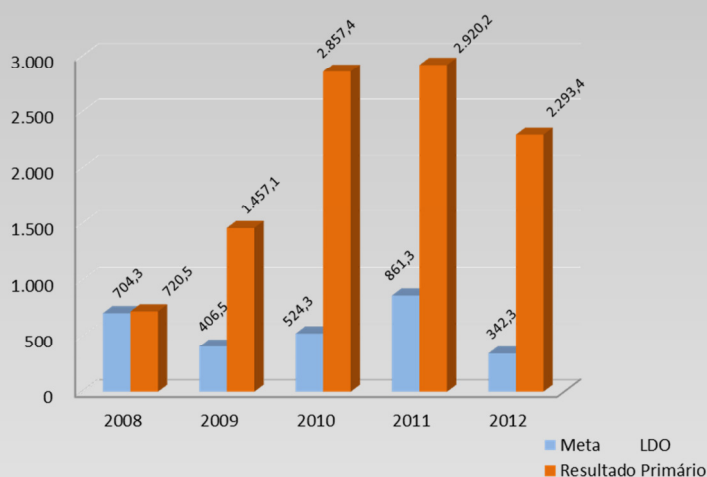
	Em R\$ Milhões
Especificação	2012
Receitas Primárias Correntes	33.875,7
Receitas Primárias de Capital	1.009,1
Receitas Primárias Líquidas	34.884,7
Despesas Primárias Correntes	28.935,5
Despesas Primárias de Capital	3.655,9
Despesas Primárias Líquidas	32.591,4
Resultado Primário	2.293,4

A meta do Resultado Primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 foi de R\$ 342,2 milhões, e ao final do exercício, o resultado primário de R\$ 914,2 milhões, superou a meta estabelecida para o exercício.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Em R\$ Milhões			
Ano	Meta LDO	Resultado Primário	Diferença $c = b - a$
2008	704,3	720,5	16,2
2009	406,5	1.457,1	1.050,6
2010	524,3	2.857,4	2.333,1
2011	861,3	2.920,2	2.058,9
2012	342,3	2.293,4	1.951,1

RESULTADO PRIMÁRIO - 2008 a 2012



7.5 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31%.

No Município de São Paulo, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2012, 31,33% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

Sendo assim, a aplicação mínima seria de R\$ 8.248,9 milhões; no entanto, foi aplicado R\$ 8.335,7 milhões, ou seja, R\$ 86,8 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Demonstração de Aplicação de Recursos na Educação		2012
1. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		<u>26.609.393.341,22</u>
2. Artº 2 - Lei 13.245/01		
2.1 Aplicação Legal		6.652.348.335,31
2.2 Despesa		8.439.290.354,00
2.3 Recursos Adicionais		984.132.643,37
2.4 Despesa Empenhada Líquida (2.2 - 2.3)		<u>7.455.157.710,63</u>
2.5 Percentual (2.4/1)		28,02%
3. Artº 3 - Lei 13.245/01		
3.1 Aplicação Legal		1.596.563.600,47
3.2 Despesa Empenhada		<u>880.526.146,45</u>
3.3 Percentual (3.2/1)		3,31%
4. Lei 13.245/01		
4.1 Aplicação Legal		8.248.911.935,78
4.2 Despesa Total Empenhada Líquida (2.4 + 3.2)		8.335.683.857,08
4.3 Percentual (4.2/1)		31,33%

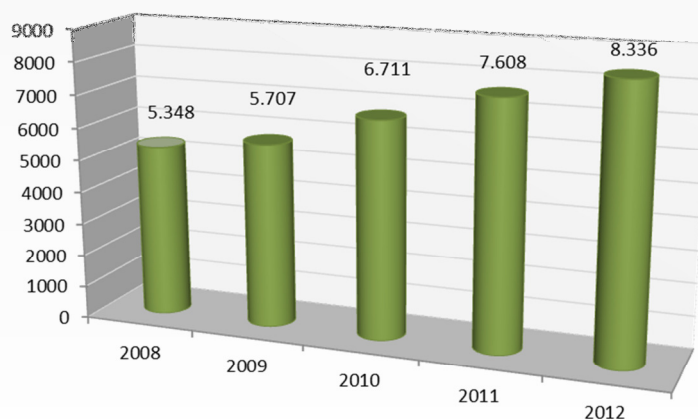
Fonte: Assessoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação de Recursos na Educação	% Gasto Educação
2008	5.347,8	31,77
2009	5.706,6	32,18
2010	6.711,5	32,01
2011	7.607,6	32,01
2012	8.335,7	31,33

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA EDUCAÇÃO - 2008 a 2012

Em milhões R\$



7.5.1 DOS VALORES DE DEA QUE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO ART. 212 – CF/88.

A seguir apresentamos quadro demonstrativo, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, demonstrando os valores das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) que integraram a base de cálculo para fins do art. 212 da CF/88.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Órgão: 16)
Despesa: 92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Exerc	Projeto/Atividade	Despesa	Empenhado	APROPRIAÇÃO MDE (ART.212 CF)	
				Índice	Valor
2012	1427 Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	81.193,26	1,0000	81.193,26
2012	1429 Reforma e Ampliação de Centros de Educação Infantil CEI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	191.112,98	1,0000	191.112,98
2012	1430 Reforma e Ampliação de Unidades Educacionais de Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	217.580,78	1,0000	217.580,78
2012	1431 Construção de Unidades Educacionais de Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	303.540,58	1,0000	303.540,58
2012	1452 Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	32.641,91	1,0000	32.641,91
2012	1470 Cobertura de Quadras Esportivas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	12.839,23	1,0000	12.839,23
2012	1849 Construção de Unidades Educacionais Integradas	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	3.926,56	0,5746	2.256,20
2012	2800 Administração da Secretaria Municipal de Educação	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	92.971,66	0,9430	87.672,28
2012	2815 Fornecimento de Uniformes e Material Escolar - EF	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	5.419.505,93	1,0000	5.419.505,93
2012	2818 Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informática e Comunicação da SME	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	1.851.082,93	0,9430	1.745.571,20
2012	2820 Convênios p/ Atend. Crianças e Adolosc. c/ necessid. Educ. Especiais	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	55.570,70	1,0000	55.570,70
2012	2823 Programa Suplementar de Alimentação Escolar - Leve-Leite	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	159.796,80	0,0000	-
2012	2825 Convênios para Operação e Manutenção de CEIs e Creches	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	1.915.887,55	1,0000	1.915.887,55
2012	2826 Alfabetização de Jovens e Adultos	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	95.924,70	0,0000	-
2012	2830 Escola de Sete Horas	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	9.357,60	0,9430	8.824,22
2012	2831 Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	333,00	0,9430	314,02
2012	2837 Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Educação Infantil	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	507.696,32	1,0000	507.696,32
2012	2837 Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Educação Infantil	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	62.751,76	1,0000	62.751,76
2012	2842 Operação e Manutenção do Ensino Fundamental	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	759.025,85	1,0000	759.025,85
2012	2842 Operação e Manutenção do Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	35.721,00	1,0000	35.721,00
2012	2845 Operação e Manutenção de Centros de Educação Infantil	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	177.066,91	1,0000	177.066,91
2012	2845 Operação e Manutenção de Centros de Educação Infantil	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	30.532,00	1,0000	30.532,00
2012	2847 Transporte do Escolar - EI	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	26.110,37	1,0000	26.110,37
2012	2848 Transporte do Escolar - EF	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	35.558,90	1,0000	35.558,90
2012	2849 Ler e Escrever - Ensino Fundamental	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	40.033,33	1,0000	40.033,33
2012	2850 Fornecimento de Uniformes e Material Escolar - EI	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	1.621.417,76	1,0000	1.621.417,76
2012	2851 Operação e Manutenção dos Centros Educacionais Unificados	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	733.075,84	1,0000	733.075,84
2012	2851 Operação e Manutenção dos Centros Educacionais Unificados	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	11.472,64	1,0000	11.472,64
2012	2855 Administração da Diretoria Regional de Educação	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	185.619,74	0,9430	175.039,41
2012	2857 Oper. e Manut. de Centros Mun. de Educação de Jov. e Adultos-CIEJA's	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	29.186,16	1,0000	29.186,16
2012	2862 Operação e Manutenção da Educação Especial	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	3.626,66	1,0000	3.626,66
2012	2863 Transporte do Escolar - EE	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	3.368,39	1,0000	3.368,39
2012	2865 Operação e Manutenção de Escolas Munic. de Ensino Fundamental e Médio	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	36.189,46	0,0000	-
2012	2865 Operação e Manutenção de Escolas Munic. de Ensino Fundamental e Médio	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	2.352,00	0,0000	-
2012	2869 Manutenção e Conservação de Equipamentos de Educação Infantil	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	1.624.467,86	1,0000	1.624.467,86
2012	2870 Manutenção e Conservação de Equipamentos de Ensino Fundamental	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	380.011,42	1,0000	380.011,42
2012	2871 Manutenção e Conservação de Centros Educacionais Unificados	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	160.619,28	0,5746	92.291,84
TOTAL GERAL			16.909.169,82		16.422.965,26

Fonte:

1. Site Sempla - Base Dados Execução 2012 (acessado em 07/03/13);
2. Demonstrativos da aplicação dos recursos na Educação - 2012 publicados no DOC de 30/01/13;
3. Sistema SOF - Acompanhamento de Execução Orçamentária 2012 (acessado em 07/03/13).

7.6 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE

O Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde, aplicado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, apresenta a receita de impostos líquida e as transferências constitucionais e legais, as despesas com saúde por grupo de natureza da despesa e por subfunção, as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS provenientes de outros entes federados, e a participação das despesas com saúde na receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal previstos na Constituição.

Esse demonstrativo deve ser apresentado, tendo em vista a necessidade de apuração devida ao disposto no § 2º, do artigo 198, da Constituição, o qual determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão, anualmente, aplicações mínimas de recursos públicos em ações e serviços públicos de saúde. Os limites mínimos estão estabelecidos no artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

No Município de São Paulo, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2012, 18,64% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

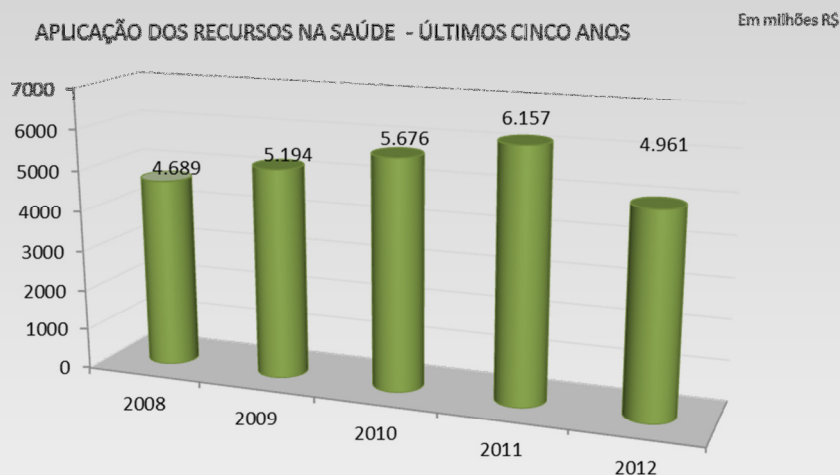
O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R\$ 4.789,7 milhões. No entanto, a Prefeitura de São Paulo aplicou R\$ 4.960,5 milhões, ou seja, R\$ 170,8 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

Aplicação de Recursos na Saúde	2012
A. Emenda Constitucional 29/00 (Recursos do Tesouro Municipal)	REALIZADO
A.1 - Receita decorrente dos impostos	<u>26.609.329.720,00</u>
1.1 Impostos	17.279.454.517,59
1.2 Transferências da União	207.364.388,04
1.3 Transferências do Estado	8.184.319.086,04
1.4 Outras Receitas Correntes	938.191.728,33
A.2 - Aplicação da Receita decorrente dos Impostos (Emenda 29/00)	<u>4.960.473.593,23</u>
2.1 SMS/FMS	3.937.040.853,47
2.2 Autarquias Hospitalares	719.709.516,64
2.3 Apropriação dos Encargos	303.723.223,12
Percentual de Aplicação (A.2/A.1)	18,64%

Fonte: Assessoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento.

A seguir, os valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Emenda 29/00	Não Associados EC 29/00	Total	Em R\$ Milhões
				% Gasto Saúde Emenda 29/00
2008	3.272,0	1.417,3	4.689,3	19,44
2009	3.640,5	1.553,6	5.194,1	20,53
2010	4.027,1	1.648,4	5.675,5	19,21
2011	4.489,7	1.666,9	6.156,6	18,89
2012	4.960,5	1.764,3	6.724,8	18,64



7.7 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

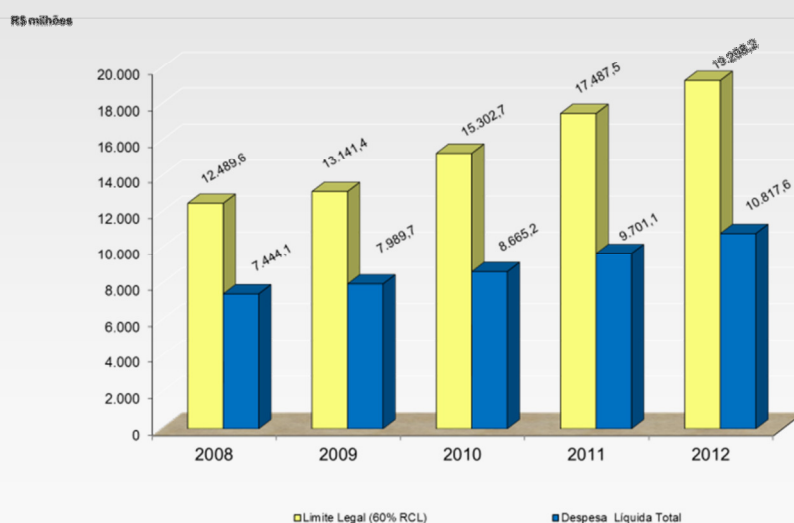
Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

No Município de São Paulo, a despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2012 foi de R\$ 10.817,8 milhões, o que representou 33,63% da RCL. Este percentual congrega 32,25% do

Poder Executivo e 1,38% do Poder Legislativo – destaca-se que esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal, e os valores dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

DESPESA COM PESSOAL	2008	2009	2010	2011	2012
Poder Executivo (a)	7.147,4	7.660,2	8.287,5	9.279,8	10.373,1
Poder Legislativo (b)	296,7	329,5	377,7	421,3	444,6
Despesa Líquida Total (c) = (a + b)	7.444,1	7.989,7	8.665,2	9.701,1	10.817,7
Receita Corrente Líquida (d)	20.815,9	21.902,4	25.504,6	29.145,8	32.163,7
% Gasto com Pessoal (e) = (c / d)	35,8	36,5	34,0	33,3	33,6
Limite Legal < 60%>	12.489,6	13.141,4	15.302,7	17.487,5	19.298,2
Limite Prudencial <95%> do limite legal	11.865,1	12.484,4	14.537,6	16.613,1	18.333,3



7.8 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

O Demonstrativo dos Restos a Pagar é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal e visa a dar transparência ao equilíbrio entre a contração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa.

O Demonstrativo deverá ser elaborado somente no último quadrimestre pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A seguir apresentamos quadro sintético da posição das inscrições de restos a pagar no Município de São Paulo no encerramento de 2012:

Empresa	VALORES INSCRITOS EM RESTOS								
	Liquidados e Não Pagos (Processados)			Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			CONSOLIDADO		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	TOTAL	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	TOTAL	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (Exceto Poder Legislativo)	4.183.599,69	170.916.995,59	175.100.595,28	1.993.319,34	1.693.887.146,55	1.695.880.465,89	6.176.919,03	1.864.804.142,14	1.870.981.061,17
PODER LEGISLATIVO	1.182,00	4.292.306,13	4.293.488,13	128.463,48	10.787.260,20	10.915.723,68	129.645,48	15.079.566,33	15.209.211,81
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10.338.866,98	20.240.337,32	30.579.204,30	455.809,95	63.720.839,00	64.176.648,95	10.794.676,93	83.961.176,32	94.755.853,25
SUB-TOTAL	14.523.648,67	195.449.639,04	209.973.287,71	2.577.592,77	1.768.395.245,75	1.770.972.838,52	17.101.241,44	1.963.844.884,79	1.980.946.126,23
TOTAL		209.973.287,71			1.770.972.838,52			1.980.946.126,23	

Fonte: Anexo VI, RGF, LRF - 3º Quadril/12.

Destaca-se que todas as Inscrições de Restos a Pagar dispunham de disponibilidade financeira e que do total das inscrições de restos no montante de R\$ 1.980.946.126,23, o maior volume refere-se às inscrições do Exercício de 2012 que perfazem o total de R\$ 1.963.844.884,79.

7.9 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, versão simplificada daquele relatório, visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos:

- da Despesa com Pessoal;
- da Dívida Consolidada Líquida;
- das Garantias e Contragarantias de Valores;
- das Operações de Crédito; e
- dos Restos a Pagar.

A seguir apresentamos o demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal da Prefeitura de São Paulo do 3º Quadrimestre/2012:

LRP, art. 48 - Anexo VII	VALOR	% SOBRE A RCL	RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.817.621.404,68		33,63%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	19.298.219.311,99		60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	18.333.308.346,39		57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA			
Dívida Consolidada Líquida	62.810.992.523,72		195,29%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.596.438.623,98		120,00%
GARANTIAS DE VALORES			
Total das Garantias Concedidas	44.951.376,52		0,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.076.013.747,73		22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Operações de Crédito Internas e Externas	89.426.338,60		0,28%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-		0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.146.191.816,53		16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.251.458.919,73		7,00%
RESTOS A PAGAR			
Valor Total	1.768.395.245,75		2.531.896.176,26
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)

Fonte: SOF

8 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2012

8.1 SUFICIÊNCIA DE CAIXA

Ativo Disponível	Consolidado	IPREM	Adm. Direta e Indireta*	Em Reais			
				Obrigações Financeiras	Consolidado	IPREM	Adm. Direta e Indireta*
Caixa	26.073,53	-	26.073,53	Depósitos	2.391.201.340,48	157.514,11	2.391.043.826,37
Bancos	77.305.351,98	52.193,87	77.253.158,11	Restos a Pagar Processados	209.973.287,71	389.266,15	209.584.021,56
Bancos Contas Especiais	78.559.302,50	-	78.559.302,50	Restos a Pagar Não Processados	2.577.592,77	0,00	2.577.592,77
Aplicações Financeiras	5.697.760.923,94	10.412.923,97	5.687.347.999,97	Outras Obrigações Financeiras	725.837.741,87	7.863.343,81	717.974.398,06
Outras Disponibilidades	7.834.487,14	-	7.834.487,14	Soma	3.329.589.962,83	8.410.124,07	3.321.179.838,76
Soma	5.861.486.139,09	10.465.117,84	5.851.021.021,25	SUFICIÊNCIA DE CAIXA ANTES DAS INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	2.531.896.176,26	2.054.993,77	2.529.841.182,49
TOTAL	5.861.486.139,09	10.465.117,84	5.851.021.021,25	TOTAL	5.861.486.139,09	10.465.117,84	5.851.021.021,25

Fonte: Anexo V, RGF, LRF - 3ºQuadri/12.

* Exceto IPREM.

8.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2012:

Exercício 2012	Em R\$		
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
Orçamentário	3.606.761.224,05	(R\$ 2.721.576.380)	885.184.844,14
Superávit Financeiro	2.919.749.203,95	656.575.259,77	3.576.324.463,72
Primário	5.043.341.272,62	(R\$ 2.749.970.955)	2.293.370.317,85
Patrimonial	6.657.732.988,83	123.586.208,90	6.781.319.197,73

CONCLUSÃO

Concluindo o presente relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2012, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, 25 de março de 2013.

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor Técnico
Divisão de Contabilidade

Daniel Boer de Souza
Diretor Técnico
Departamento de Contadoria